COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA , ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Projeto de Lei nº 739, de 2011

Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, de forma a estender o Benefício Garantia-Safra aos municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, e dá outras providências.

Autor: Deputado **LUIZ OTAVIO**

Relator: Deputado **BETO FARO**

PARECER

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei em referência propõe alterações na Lei nº 10.420, de 2002, com vistas a estender o ‘Benefício Garantia-Safra’, concedido aos agricultores familiares dos municípios localizados na área de atuação da SUDENE, aos agricultores familiares situados nos municípios da área de atuação da SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

Para os ajustes de mérito na legislação de modo a adequá-la aos propósitos do PL, o seu autor, o ilustre Deputado Luiz Otavio, sugere modificações na ementa da Lei, modifica o texto do seu art. 1º, e acresce art. 3º para cumprir as formalidades da adequação financeira da propositura.

Não foram apresentadas Emendas ao PL.

É o Relatório.

II – VOTO

O Garantia-Safra é uma ação do Pronaf executada nos municípios da região Nordeste do país, da área norte do Estado de Minas Gerais, Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e da área norte do Estado do Espírito Santo. Ou seja, o Programa alcança a área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), majoritariamente semiárida.

São beneficiários do GS os agricultores familiares que aderem ao programa e que tenham sofrido perdas de safra por motivo de seca ou excesso hídrico. Mais precisamente, fazem jus às indenizações, os agricultores com perdas de pelo menos, 50% da produção de algodão, arroz, feijão, mandioca, milho ou outras atividades agrícolas de convivência com o Semiárido. Esses pagamentos são feitos diretamente pelo governo federal, por meio de cartões eletrônicos disponibilizados pela Caixa Econômica Federal.

O valor do Garantia-Safra e a quantidade de agricultores segurados são definidos anualmente durante a reunião do Comitê Gestor do programa. Na safra 2011/12, cerca de 697 mil agricultores familiares aderiram ao GS até a data de 26 de março de 2012, e o valor do seguro foi estipulado em R\$ 680,00, divididos em cinco parcelas de R\$ 136,00.

Trata-se, pois, de um relevante instrumento de política agrícola para a proteção da renda de agricultores familiares alvos de safras sinistradas por secas ou chuvas em excesso.

O PL em análise propõe a ampliação do público do programa com a inclusão dos agricultores familiares da Amazônia, sem alterações nos seus aspectos conceituais e operacionais.

Na justificativa da propositura argumenta-se sobre a similaridade das circunstâncias dos agricultores familiares do Nordeste e da Amazônia com a diferença de que, nesta última, o excesso hídrico apresenta-se como uma das maiores causas de perdas de safras.

Não há como negar as condições especiais, não apenas de ordem climática, que implicam em adversidades para a atividade socioprodutiva da agricultura familiar do Nordeste, o que tonam legítimas e indispensáveis ações como o ‘Garantia-Safra’.

Mas, afora as semelhanças das condições materiais, em geral, entre os agricultores familiares do Nordeste e da Amazônia, nesta região, fruto dos problemas do desflorestamento e de outros fenômenos ambientais associados, nota-se a intensificação

das situações de estresses climáticos para a atividade agrícola. E, ao contrário do que se supõe, as secas frequentes e prolongadas em várias regiões da Amazônia rivalizam com os episódios recorrentes de excesso hídrico.

Inclusive, na atualidade, proliferam na Amazônia os casos de disputa pela água. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra somente no estado do Pará, entre os meses de janeiro a setembro de 2011, cerca de 20 mil famílias paraenses foram direta ou indiretamente afetadas por conflitos pela posse da água.

Portanto, sob adversidades de condições de produção relativamente equiparáveis aos do Nordeste, os agricultores familiares da Amazônia acabam se diferenciando negativamente pelas maiores restrições de infraestrutura nessa região.

Ademais, para os grandes empreendimentos capitalistas nas duas regiões os incentivos federais fixados, via Sudene e Sudam, são rigorosamente os mesmos. Não há, pois, razões para excluir os pequenos agricultores da Amazônia dos benefícios do programa em consideração.

Assim, manifestamos o voto favorável ao Projeto de Lei nº 739, de 2011.

Sala da Comissão, em   de Abril de 2012.

Deputado **Beto Faro**